

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	207.653,42	
Pessoal Ativo	178.265,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.387,90	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	74.850,17	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	38.478,12	
Obrigações Previdenciárias do RPPS - IPERON	159,65	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
Pessoal Inativo e Pensionistas (*)	17.997,01	
Grat. Substituição (*)	907,85	
Imposto de Renda Retido na Fonte (**)	17.307,54	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	132.803,25	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	132.803,25	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	VALOR	
	2.684.857,14	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	4,95%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6 %	161.091,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%	153.036,86	

## FONTE:

1 - R.C.L- R\$ 2.791.930,40(valor em unidade de milhar), conforme Portaria nº 025/GAB/SEPLAN, de 21 de maio de 2008;

2 - Despesa Liquidada com Pessoal - valores registrados nos Balancetes Mensais - SIAFEM/08 e

3 - O Relatório de Gestão Fiscal está consubstanciado na Portaria n. 574, de 30/08/2007, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## Apuração dos limites:

Na apuração dos limites foram deduzidas (não computadas), as despesas de natureza indenizatória e IRRF, embasadas nos Pareceres do TCER a saber:

(\*) Fundamento Legal: Parecer Prévio nº 107/2001-TCER, publicado no D.O.E. nº 4961, de 15/04/02.

(\*\*) Fundamento Legal: Parecer Prévio nº 056/2002/TCER, publicado no D.O.E. nº 5155, de 23/01/03.

Porto Velho (RO), 27 de maio de 2008.

**Desª. Zelite Andrade Carneiro**  
 Presidente

**José Leonardo Gomes Donato**  
 Adm. CRA RO 370/RD  
 Secretário Administrativo

**Antônio Andrade Filho**  
 Cont. CRCRO 000679/O-7  
 Coordenador de Controle Interno

**Belª. Márcia Duarte da Silva**  
 Diretora do Deptº. de Economia e Finanças

**Fabiano Altino de Sousa**  
 Cont. CRC-RO 004830/O-5  
 Diretor da Divisão de Contabilidade

RGF/TJRO-14:30